

A EDUCAÇÃO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL: LIMITES E (IM)POSSIBILIDADES PARA A CLASSE TRABALHADORA

Márcia Gardênia Lustosa Pires*

Introdução

É realmente maravilhosa a luta que a humanidade trava há tempos imemoriais: luta incessante, com a qual busca desfazer e romper todos os vínculos que o desejo de domínio de um só, de uma classe ou mesmo de todo um povo tenta lhe impor. É esta uma epopéia que teve inúmeros heróis e que foi escrita pelos historiadores de todo o mundo. O homem, que em certo momento se sente forte, com a consciência da própria responsabilidade e do próprio valor, não quer que nenhum outro lhe imponha sua vontade e pretende controlar suas ações e seu pensamento.

(Antônio Gramsci)

O presente capítulo objetiva refletir sobre a educação destinada à classe trabalhadora e as implicações desse modelo de escola para o desenvolvimento pleno da capacidade intelectual desse segmento, em face da condição de explorados e de dominados na sociedade capitalista. Assim, busca, em um debate com a perspectiva gramsciana, mostrar os limites que os trabalhadores encontram no exercício do "direito" à educação em uma sociedade na qual predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e a decisão política.

É bem verdade, como assinalam Marx e Engels (1980, p. 8), que a classe trabalhadora vivencia historicamente uma luta entre opressores e oprimidos, dominantes e dominados:

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará; pesquisadora do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR/UFC; bolsista CNPq.

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição das suas classes em luta.

Nesse sentido, no âmbito de relações sociais elaboradas com base em um padrão de desenvolvimento capitalista no qual convivem a acumulação de riqueza e miséria, pode-se afirmar que os trabalhadores se inserem em um universo marcado pela *subalternidade*¹ e pela *alienação*². Enquanto submetidos a relações sociais de dominação e à condição de explorados os trabalhadores enfrentam necessidades históricas e socialmente produzidas que não se limitam à satisfação no campo material, mas se constituem também no âmbito das necessidades espirituais³.

¹ É importante sublinhar que o termo "subalternidade" é utilizado aqui na acepção gramsciana, que conforme analisa Simionato (1995), diz respeito à ausência de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e direção.

² Cabe destacar que, numa perspectiva marxista de análise, para sobreviver, o homem trava uma relação com a natureza mediada pelo trabalho, todavia entender essa relação intrínseca entre homem e natureza impõe perceber o emaranhado de questões nela imbricadas. Requer perceber essa atividade humana vital em suas contradições, como uma relação antagonica que se elabora em uma dada realidade e em um determinado momento histórico. Assim, sobre o processo de alienação do homem em relação à atividade que realiza para sobreviver, Marx (2004) afirma que: "Já que o trabalho alienado aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da espécie, transforma a vida genérica em meio a vida individual; depois, muda esta última na sua abstração em objetivo da primeira, portanto, na sua forma abstrata e alienada." (p. 116).

³ Convém esclarecer que a produção espiritual humana aqui é compreendida, conforme assinala Marx como a produção de bens não materiais ou culturais (2004), ou como, no entender de Saviani (2005, p. 12), "(...) produção de idéias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana."

De acordo com Marx (2004), numa forma de organização social onde predomina a exploração humana por meio do trabalho, ao trabalhador só resta sobreviver com o mínimo necessário à sua existência, apenas para garantir sua mera reprodução como classe:

(...) torna-se evidente que a economia política considera o proletário, ou seja, aquele que vive, sem capital ou renda, apenas do trabalho unilateral, abstrato, como simples trabalhador. Por consequência, pode sugerir a tese de que ele, assim como um cavalo, deve receber somente o que precisa para ser capaz de trabalhar. (MARX, 2004, p. 72).

Desse modo, considerando as condições objetivas de existência da classe trabalhadora e de sua histórica "luta" pela sobrevivência em uma sociedade assentada em patamares desiguais, como pensar o desafio do exercício do direito à educação para os trabalhadores, uma vez que estes vivenciam dificuldades diversas, que dentre outros aspectos se expressam inclusive na impossibilidade de frequentar a escola formal? Portanto, como pensar a viabilização da educação quando não se tem direito nem mesmo ao mínimo necessário à sobrevivência?

Partindo de tais pressupostos, relativamente à escolarização dos trabalhadores, pode-se indagar, ainda: quais as possibilidades de viabilização da educação para as massas em um modelo de escola criado pela burguesia e, desde o início, com sede em parâmetros elitistas?

Cabe considerar a noção de que refletir sobre a educação, notadamente sobre o modelo de educação destinado às massas requer tecer considerações sobre a sua função na sociabilidade do capital – fenômeno esse expresso como uma realidade complexa e caótica na sociedade contemporânea e que tem em sua gênese histórica elementos relevantes que nos ajudam a compreender melhor suas múltiplas faces e contradições. Com efeito, pensar a educação numa dimensão de totalidade exige percebê-la como uma relação social situada em âmbito determinado por

aspectos socioeconômicos e políticos que implicam modificações no âmbito educativo.

Nesse sentido, é preciso considerar o momento histórico em que se propaga a falácia do “direito à educação”, conforme previsto em lei (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9394/96) e sua efetivação prática. Em suma é preciso considerar os (des)caminhos percorridos pela educação, suas principais mudanças a partir da consolidação da sociedade burguesa e sua promulgação como um direito, principalmente quando destinada à classe trabalhadora, em uma análise que contemple mais do que índices quantitativos de evasão e fracasso escolar.

Como se pode perceber nas diversas mudanças ocorridas nesse âmbito, é expressa toda uma luta de interesses e uma realidade socioeconômica que merece ser enfatizada. Que interesses estão subjacentes ao fenômeno de massificação da educação? O que melhor determina as mudanças que se engendram no âmbito legal da educação no atual momento vivenciado em nossa sociedade?

Classe Trabalhadora e Educação – Algumas Especificidades Históricas

É importante ressaltar as especificidades históricas da sociedade capitalista em sua relação com a escola, e suas conseqüências para a classe trabalhadora, notadamente no que tange ao propagado “direito à educação”. Portanto, é importante percebermos o paradoxo em que se insere a educação, num quadro social que, ao mesmo tempo em que favorece teoricamente o acesso à educação, não aceita a permanência deste segmento na escola formal, uma vez que as condições objetivas das classes menos favorecidas cerceiam esse direito.

Ao nos debruçar em uma análise histórica da educação em diferentes épocas, vê-se que é verdadeiro o fato de que esta sempre se manifestou como uma propriedade quase exclusiva das classes dominantes. Durante grande parte da história da humanidade, a educação formal, ou

seja, a apropriação do legado histórico da humanidade, da produção espiritual humana, não era acessível às grandes massas. Somente há bem pouco tempo, numa perspectiva histórica de análise, as transformações ocorridas na base de produção material provocaram mudanças sociais e econômicas que se refletiram na educação, favorecendo, assim, o acesso das massas à escola formal.

É oportuno lembrar que a escola, tal como hoje a conhecemos, resulta de um desenvolvimento social em relação ao estágio mais primitivo da humanidade, pois, com o desenvolvimento das forças produtivas, o avanço da técnica e da ciência, e a complexidade crescente das relações sociais, a perpetuação da produção material e espiritual humana exigiu a criação de uma instituição que se encarregue da transmissão, para as novas gerações, de todo o acervo de bens e conhecimentos produzidos pelo gênero humano durante séculos e séculos de história. Já não se poderia mais transmitir espontaneamente todo o legado histórico da humanidade, assim surgindo a escola. Importa sublinhar, sublinhar, todavia, que, como assinala Ponce:

(...) conceito de educação, como uma função espontânea da sociedade, mediante a qual as novas gerações se assemelham as mais velhas, era adequado para a comunidade primitiva, mas deixou de sê-lo à medida que esta foi lentamente se transformando numa sociedade dividida em classes. (1982, p. 22).

Não se pode negar o percurso histórico de uma instituição que surge alicerçada em mudanças sociais fundamentadas na produção material, pois o desaparecimento dos interesses comuns dos membros da comunidade e a conseqüente substituição por interesses antagônicos implicará os fins da educação, como uma instituição que refletirá os interesses de uma nova forma de organização social. Assim, é importante pensar sobre a existência de uma escola que sempre esteve a serviço da classe dominante e não dos interesses de toda uma coletividade.

Como anota, ainda Ponce (1982), a educação pode ser considerada como “propriedade praticamente exclusiva das classes dominantes, a educação era, inicialmente, negada quase que totalmente às classes menos favorecidas”. Sua principal característica, porém, desde o aparecimento da sociedade dividida em classes, reside numa progressiva popularização da cultura. É oportuno esclarecer, entretanto, que tipo de educação se destinou, nesse processo de mudança social, à classe trabalhadora, quando se observa que, na civilização moderna (séc.XIX), com o desenvolvimento da indústria, instala-se um dualismo educacional destinando o ensino intelectual para as crianças filhas dos senhores das camadas dominantes e o técnico para os filhos do estrato trabalhador. Tal fato evidencia uma proposta do emprego da educação formal para a perpetuação das desigualdades sociais, reproduzindo assim a divisão de classe.

Evidencia-se, pois, numa perspectiva histórica, o fato de que os processos educativos refletem as necessidades de preparar as pessoas para os processos de trabalho e para a forma de organização social e política vigente. Enguita (1989) evidencia a noção de que a emergência e a proliferação da indústria exigiram outro tipo de trabalhador, que

(...) devia aceitar trabalhar para outro e fazê-lo nas condições que este outro lhe impusesse. Se os meios para dobrar os adultos iam ser a fome, o internamento ou a força, a infância (os adultos das gerações seguintes) oferecia a vantagem de poder ser modelada desde o princípio de acordo com as necessidades da nova ordem capitalista e industrial, com as novas relações de produção e os novos processos de trabalho. (ENGUITA, 1989, p. 113).

Conforme abordado pelo referido autor, passagem do feudalismo para o capitalismo industrial trouxe novas necessidades para a sociedade que emergia, contribuindo para o surgimento da escola para massas. Não obstante, a escola seria o instrumento ideal para disciplinar o trabalhador. Não que estas tenham sido criadas necessariamente para esta finalidade, mas se poderia utilizá-las também para esse fim.

Evidencia-se, portanto, que, como assinala Frigotto (2000), historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores se efetiva com a finalidade de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Sob este aspecto Ciavatta, corroborando com essa idéia (2002) pensa que o modelo de escola tradicional pretendia educar separando dos produtores o homem dirigente, os que estavam destinados ao conhecimento da natureza e da produção daqueles que executavam as tarefas. Percebe-se, então, uma intenção em subordinar a função social da educação para responder às demandas do capital e não ao desenvolvimento pleno do potencial intelectual dos indivíduos. Partindo dessa reflexão, torna-se cada vez mais necessário discutir acerca da formulação histórica de um modelo de educação diferenciada, destinada aos que compõem o segmento dos menos favorecidos em nossa sociedade.

Nesse sentido, é preciso que se compreenda o estabelecimento histórico das condições de existência da classe trabalhadora, pois à medida que a classe dominante passa a assegurar a sua hegemonia, isto é feito mediante um projeto ideológico fortemente repassado e absorvido pela classe dominada. É nessa perspectiva que se evidencia a necessidade de se compreender melhor a imbricação existente entre a educação e o capitalismo para o desenrolar histórico da humanidade. Como anota Marx e Engels (1998) a classe que dispõe dos meios de produção material possui igualmente os meios de produção intelectual, de forma que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente ao estrato dominante.

Assim, enveredamos por alguns dos escritos de Antônio Gramsci⁴ no intuito de melhor explorar essa temática,

⁴ Antônio Gramsci (1891–1937), pensador italiano, ativo líder do Partido Comunista durante o período fascista de Mussolini, na Itália. Foi preso em virtude de sua atuação política, onde na militância, lutou ao lado das massas operárias em Turim. Suas idéias estão imbricadas com o movimento da história, da sociedade e com os desafios de sua época, baseadas nos pressupostos metodológicos da Teoria de Marx, numa linha dialética enquanto crítica da política.

revelando as estratégias e interesses do referido teórico, quando propõe uma educação que contemple verdadeiramente o atendimento das necessidades das massas e a possibilidade de superação da sociedade de classes.

Gramsci e a Educação das Massas

Ao considerarmos as condições em que se efetiva a educação da classe trabalhadora notamos que a garantia e o exercício do direito à educação desse segmento esbarram em contradições sociais que obstaculizam a efetivação prática dessa atividade essencial do indivíduo. Portanto, nos reportamos aqui à proposta de educação gramsciana, que teoriza a perspectiva unitária de formação do homem e enfatiza a necessidade de se formar homens “omnilaterais”, produtores, mas também dirigentes (CIAVATTA, 2002), por acreditarmos ser esta a mais adequada ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora.

As reflexões de Gramsci apontam para uma preocupação constante com a formação das classes subalternas, tendo como base a elevação cultural das massas, numa perspectiva revolucionária. Neste sentido, Gramsci considera a possibilidade de ascensão intelectual das classes menos favorecidas, a partir de uma proposta educativa que favoreça ao proletariado também produzir os seus intelectuais, para a consecução de sua hegemonia e, assim, aspirar à direção da sociedade (SIMIONATTO, 1995).

Como ressalta Nosela (2004), os escritos do socialista Antônio Gramsci deixam transparecer a idéia de que este vivenciou um contexto social e político conflituoso, ou seja, um momento histórico de grande efervescência social no qual se confrontavam ideologias burguesas e proletárias. Como membro do Partido Socialista Italiano, a estratégia de Gramsci consistia em “voltar-se ao preparo em profundidade das mentes dos operários” para formar a médio e curto prazo os quadros necessários à tomada de poder por parte do proletariado. (NOSELA, 2004, p. 42).

Gramsci atribuía fundamental importância à esfera da cultura na formação de uma nova consciência social e política das classes subalternas e com relação à educação das massas. É oportuno enfatizar, porém, o que ele assinala referido teórico sobre o aspecto da cultura ter sido concebida como “saber enciclopédico”, no qual o homem é compreendido apenas como um recipiente pronto a receber este saber e a classificá-lo e posteriormente responder aos fatos da existência concreta:

Essa forma de cultura é realmente prejudicial, sobretudo para o proletariado. Serve apenas para criar marginais, pessoas que acreditam ser superiores ao resto da humanidade porque acumularam na memória um certo número de dados e de datas que vomitam em cada ocasião, criando assim quase que uma barreira entre elas e as demais pessoas. Serve para criar aquele tipo de intelectualismo balofo e incolor (...) intelectualismo que gerou toda uma caterva de presunçosos e sabichões, mais deletérios para a vida social do que os micróbios da tuberculose e da sífilis o são para a beleza e a saúde física dos corpos. (GRAMSCI, 2004, p. 57).

No entender de Nosella (2004), sobre o aspecto da formação cultural, Gramsci defende as atividades formativo-culturais para o proletariado em geral, rejeitando a idéia de uma formação cultural abstrata, enciclopédica e burguesa, que disperse a ação das massas. Desta feita, tal fato nos conduz a refletir sobre a escola que se apresenta no atual modelo de sociedade, e que se constitui como um *locus* privilegiado da transmissão de conhecimentos científicos, de cultura e de todo um conjunto de valores que contribuem para a formação dos indivíduos. Numa perspectiva gramsciana, no entanto, compreendemos que essa transmissão de conhecimentos não pode estar dissociada da realidade de vida dos sujeitos, notadamente do conhecimento necessário à emancipação humana e superação de uma forma de organização social que subjuga grande parte da humanidade a uma classe que se afirmou historicamente como opressora.

Preocupando-se com esse aspecto, Gramsci defende então a necessidade de haver uma unidade entre escola e vida, um nexo entre instrução e educação, observando que os contrastes entre a realidade de vida e a cultura que recebem as camadas populares contribuem para um distanciamento entre a instrução recebida na escola e sua aplicação à vida prática. Assim destaca:

(...) a consciência da criança não é algo 'individual' (e muito menos individualizado), é o reflexo da fração de sociedade civil da qual participa, das relações sociais tais como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia, etc. A consciência individual da esmagadora maioria das crianças reflete relações civis e culturais diversas e antagônicas às que são refletidas pelos programas escolares: o "certo" de uma cultura fossilizada e anacrônica, não existe unidade entre instrução e educação. (GRAMSCI, 1989, p. 131).

Portanto, Gramsci enfatiza a necessidade da fusão entre trabalho e educação, numa perspectiva unitária de formação do homem político e produtor ao mesmo tempo, a partir de um modelo de escola capaz de contribuir para a elevação do potencial intelectual das massas, e que fornecesse uma formação cultural geral, humanística, mas que também pudesse atender a função produtiva na sociedade moderna. Tal proposta era contrária aos princípios da escola dual de Giovane Gentile (1875 - 1944) - filósofo e político italiano que, como ministro da Educação, de 1922 a 1924, realizou uma reforma geral do ensino na Itália para o governo fascista.⁵ Gramsci propõe a criação de:

(...) uma escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecni-

⁵ A esse respeito ver Portela (2003). Segundo esse autor a proposta de Gentile de reforma geral do ensino da Itália, visava impedir às classes subalternas o acesso à cultura, sendo portanto, uma reforma totalmente antidemocrática, que reservava apenas ao homem das classes superiores o desenvolvimento do espírito.

almente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (GRAMSCI, 1989, p. 118).

Podemos garantir que o legado teórico de Gramsci se apresenta como instrumento que permite elaborar um projeto revolucionário a partir da educação e da cultura. Como assinala Simionato (1995), a preocupação de Gramsci à cultura está relacionada com a luta pela emancipação política do proletariado e às condições de subalternidade intelectual às quais são submetidas às classes trabalhadoras. Para ele a cultura é um instrumento de emancipação política da classe operária, uma vez que, a partir dela, se criam possibilidades de tomada de consciência pelos sujeitos sociais. Nesta perspectiva, a cultura apresenta-se como condição necessária ao processo revolucionário, sendo capaz de instaurar uma nova ordem para a liberdade e a democracia.

Dessa forma, diante de um modelo de escolarização que contribui para perpetuação das desigualdades de classe, é preciso considerar a realidade social e histórica em que se produzem a educação das camadas pobres e o déficit cultural destes, quando verificamos que, para muitos dos alunos da escola pública, o Ensino Fundamental constitui, a única experiência escolar e, que provavelmente, estes alunos, antes de estarem na escola, não vivenciaram situações favoráveis de estimulação em leitura, não convivem, em ambientes letrados intencionalmente preparados para essa aquisição. Esses sujeitos, ao contrário dos filhos das classes abastadas convivem em um contexto desfavorável ao aprendizado e ao desenvolvimento de seu potencial intelectual. Sobre isso, acentua Gramsci:

Numa série de famílias, particularmente das camadas intelectuais, os jovens encontram na vida familiar uma preparação, um prolongamento e uma integração da vida escolar, absorvendo no "ar", como se diz, uma grande

quantidade de noções e de aptidões que facilitam a carreira escolar propriamente dita: eles já conhecem, e desenvolvem ainda mais, o conhecimento da língua literária, isto é, do meio de expressão e de conhecimento, tecnicamente superior aos meios possuídos pela média da população escolar dos seis aos doze anos. (1989, p. 122 e 123).

É fato que aspectos como a formação política e a militância de Gramsci, aliados ao conflituoso momento histórico por este vivenciado, concorreram significativamente para a riqueza de suas contribuições teóricas. Assim, percebemos também que a consolidação histórica da divisão fundamental que se expressava entre a escola clássica e profissional, em que a primeira se destinava às classes dominantes, fomentaram nesse intelectual uma preocupação com o aspecto dual da educação naquele momento histórico. Essa questão foi assinalada por Gramsci (1989, p. 118) como um esquema racional em que "(...) a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais."

Neste sentido pensar sobre os contrastes entre a realidade de vida e a cultura que recebe a classe trabalhadora contribui para percebermos o distanciamento evidenciado entre a instrução que recebem na escola e sua aplicação à vida prática, diante das dificuldades sociais e econômicas enfrentadas por estes. Assim, percebemos que os jovens e adultos que freqüentam à escola à noite são a expressão dos obstáculos enfrentados por estes na construção do direito à educação.

Assim, a proposta gramsciana de "escola unitária" incorpora, assim, aspectos políticos e econômicos a fim, de que a escola atenda a sua função:

(...) a escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca a manutenção dos escolares, isto é, que seja completamente transformado o orçamento da educação nacional, ampliando-o de um modo imprevisto e tornando-

o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas. (GRAMSCI, 1989, p. 121).

Nessa perspectiva, pensar sobre a educação destinada à classe trabalhadora na atual sociedade requer transcender ao aparente, buscando a essência da realidade na qual se alicerçam e se reproduzem as diferenças sociais. Questionar o baixo rendimento escolar das escolas públicas, quando comparado ao de outras escolas destinadas aos segmentos mais abastados da sociedade, exige perceber não somente os entraves pedagógicos que agravam os problemas de escolarização de grande parte das crianças dos estratos sociais menos favorecidos; pois apesar de os índices estatísticos apontarem maiores possibilidades de acesso à educação no contexto atual, estes revelam também uma série de dificuldades enfrentadas pelos alunos da escola pública no exercício do direito à educação, conforme expressam os dados do Sistema de Avaliação Educacional – SPAECE.⁶

O desafio expresso é o de refletir sobre a escola, na forma como foi pensada e secularizada, e a respeito da impossibilidades de esta atender adequadamente aos segmentos mais pobres da sociedade. Como anota Gramsci:

A humanidade necessita de um outro banho de sangue para cancelar muitas destas injustiças: e, quando isso ocorrer, que os dominantes não se arrependam por terem deixado as massas no estado de ignorância e de ferocidade em que se encontram agora! (2004, p. 46).

Nesse sentido, é oportuno aprofundar o debate sobre essa temática, recobrando a teoria gramsciana, no sentido

⁶ O Sistema de Avaliação da educação Básica – SAEB e o Sistema Permanente de Avaliação Educacional – SPAECE são dois tipos de avaliação de desempenho aplicados a partir da década de 90, constituindo-se instrumentos informativos sobre a realidade escolar.

de questionar a viabilidade do acesso à escola para os trabalhadores e os novos matizes do dualismo educacional no vigente modelo de sociabilidade. É preciso, portanto, pensar em uma proposta de educação que contemple o atendimento das necessidades das massas e a superação da sociedade de classes. numa outra perspectiva de educação contrária a proposta de educação burguesa, uma vez que se percebe que no atual modelo de sociabilidade, tal proposta de educação não se propõe a contribuir para o desenvolvimento pleno dos sujeitos e muito menos a superação da sociedade de classes. Assim, indagamos: quais as possibilidades de viabilização das camadas populares à educação em um modelo de escola criado pela burguesia e, que visa, tão-somente, ao atendimento as demandas do capital?

Referências Bibliográficas

CIAVATTA, Maria. Mediações do mundo do trabalho: a fotografia como fonte histórica. In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval. SANFELICE, José Luís (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, 2002.

ENQUITA, Mariano Fernandez. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Tradução de Tomaz Tadeu Silva. Artes Médicas: Porto Alegre, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 5. ed. São Paulo: Cortez: 2003.

GRAMSCI, Antônio. *Escritos políticos*. Organização, Introdução e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. (s.l.): Editora Civilização Brasileira. 1989.

GRAMSCI, Antônio. *Escritos políticos*. Organização, Introdução e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. (s.l.): Editora Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Os intelectuais e a Organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Tradução e revisão de Maria Arsênio da Silva. São Paulo: CHED, 1980.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PONCE, Anibal. *Educação e luta de classes*. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

PORTELA, Josania Lima. Antônio Gramsci: a proposta da escola unitária e a formação do cidadão revolucionário. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; FIGEIREDO, Fábio Fonseca (Orgs.). *Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital*. Fortaleza: Editora UFC, 2003. (Coleção Diálogos Intempestivos).

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Florianópolis: Ed. Da UFSC; 1995.

PERGAMUM
BCCE/UFC